

Proposta de Deliberação

Reconhecendo que:

- a) as culturas geneticamente modificadas põem em causa a aposta num conceito de qualidade que se pretende imprimir à agricultura do Concelho (agricultura biológica, denominações de origem, produtos regionais) e a posição de princípio de manter as tradições agrícolas locais como potenciadoras do desenvolvimento local sustentável;
- b) é efectiva a impossibilidade de demonstrar que os OGMs são isentos de risco para a saúde pública;
- c) é escassa a informação científica independente quanto aos potenciais impactos nos ecossistemas a curto e longo prazo da introdução de OGMs;
- d) as patentes sobre organismos vivos ou partes de organismos vivos, como genes ou sequências de genes, são um atentado contra a vida e uma apropriação indevida da herança genética do planeta, que pertence a toda a humanidade e não a umas quantas transnacionais;
- e) a implantação de tecnologia de ADN recombinante para a obtenção comercial de cultivos e alimentos é uma decisão política que deve ser tomada pela cidadania e nunca uma decisão determinada exclusivamente pelos interesses económicos das grandes transnacionais biotecnológicas, já que está em jogo o futuro da agricultura e da alimentação mundial;
- f) uma multinacional norte-americana pretende testar quatro novas variedades de milho transgénico em campos de ensaios no Cadaval (freguesia de Vilar), na fronteira com o Concelho de Alenquer;
- g) o Decreto Lei n.º 160/2005 prevê o estabelecimento de zonas livres de cultivo de variedades geneticamente modificadas;

A Câmara Municipal de Alenquer, reunida em sessão ordinária realizada em 27 de Janeiro de 2006, delibera:

- 1. Aplicar efectivamente, o internacionalmente aceite Princípio da Precaução no tocante à libertação de OGMs no ambiente, incluindo em culturas experimentais.**
- 2. Propor à Assembleia Municipal a declaração de todo o território do Município de Alenquer como “Zona Livre de cultivo de variedades geneticamente modificadas”**